



BRASÃO DE PATO BRANCO

PATO BRANCO

O MUNICÍPIO E A COMARCA

A ocupação da região do atual município de Pato Branco teve início na década de 1900, na Fazenda São Francisco de Sales, onde as primeiras famílias vindas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul se estabeleceram. Em 1928 o território chamado de Vila Nova de Clevelândia tem suas terras demarcadas e loteadas para fins de comercialização. Com a chegada do telégrafo em 1938 os operadores começaram a chamar a localidade de Pato Branco, nome que logo foi difundido para outras cidades do Estado.

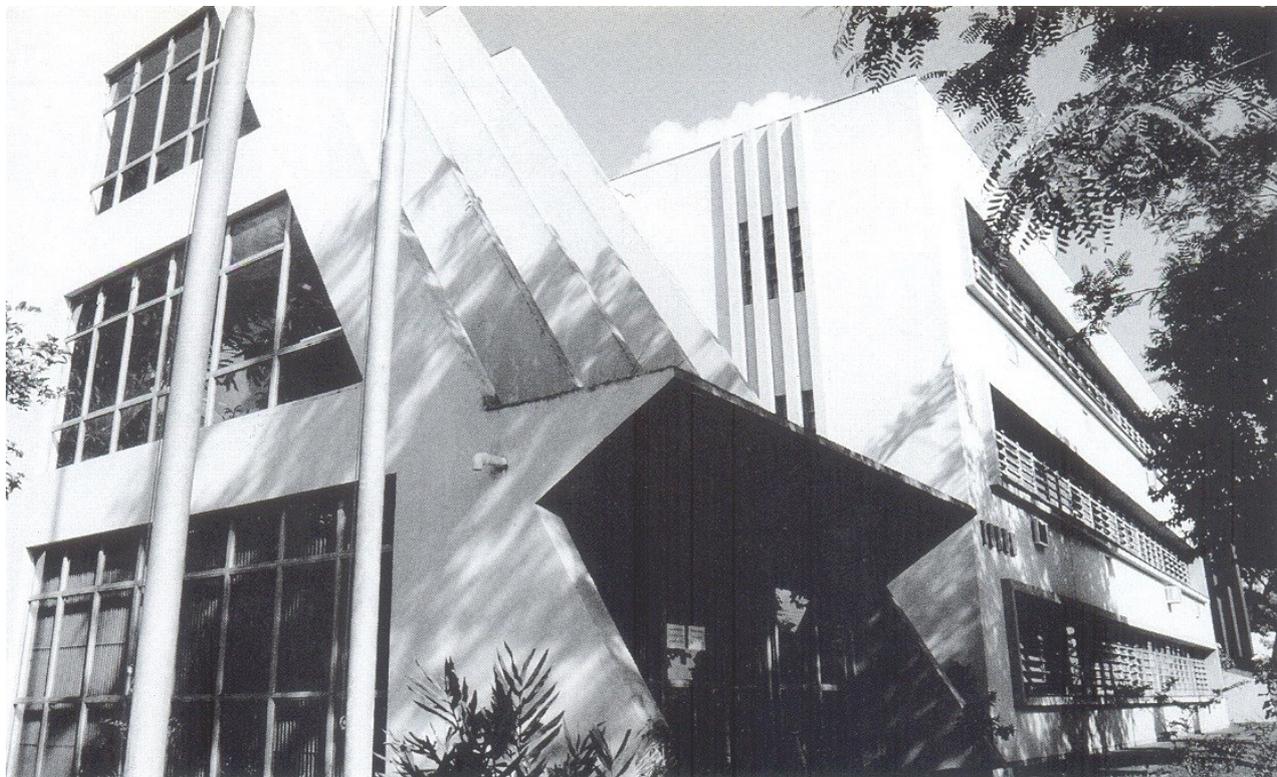
Em 1947 é criado o Distrito de Pato Branco, elevado à condição de município em 14 de novembro de 1951 com território desmembrado de Clevelândia.

A INSTALAÇÃO DA COMARCA

A comarca de Pato Branco foi criada pela Lei Estadual nº 1.542 de 14 de dezembro de 1953 e instalada no dia 24 de abril de 1954, de acordo com a Portaria nº 84/1954. O primeiro Juiz de Direito titular da nova comarca foi o Dr. Hercules de Macedo Rocha. De entrância final compreende, além da sede, os Serviços Distritais de Itapejara do Oeste, Bom Sucesso do Sul e Vitorino.

O Foro Judicial é composto de cinco varas judiciais e Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

O Foro Extrajudicial é composto por: 1º Tabelionato de Notas; 2º Tabelionato de Notas; 1º Tabelionato de Protesto de Títulos; Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas acumulando precariamente o Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais; 1º Serviço de Registro de Imóveis; e 2º Serviço de Registro de Imóveis.¹



Fórum Desembargador James Pinto de Azevedo Portugal

1 Fontes:

IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=411850>. Acessado em: 6 de abril de 2017.

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus Municípios. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

VERNALHA, Milton Miró. Juizes do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1991.

OLIVEIRA, Chloris Elaine Justen de. Fóruns do Paraná. Curitiba: [s.n.], 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Curitiba: Juruá, 2014.